

À luz das circunstâncias sociais e políticas que hoje Moçambique vive, a Sociedade Civil se tem mostrado um parceiro credível para o desenvolvimento democrático moçambicano pois constitui um valor acrescentado que vem dar mais credibilidade ao processo do desenvolvimento do país, através da sua participação em assuntos sociopolíticos e económicos, quebrando desse modo com o monopólio do Estado na gestão da coisa pública.

O papel da sociedade civil para o desenvolvimento democrático de Moçambique

Esboço introdutório

<https://www.egidiovaz.wordpress.com>

Índice

Introdução -----	2
<i>Motivação, Justificação e Periodização</i> -----	2
Objectivo -----	4
Problematização -----	4
Pergunta de Partida -----	6
Hipótese -----	6
Enquadramento Teórico -----	7
Metodologia -----	11
Discussão -----	12
O papel da Sociedade Civil para o Desenvolvimento Democrático de Moçambique -----	12
À laia de Conclusão -----	16
Bibliografia -----	17

Introdução

Motivação, Justificação e Periodização

É algo difícil abordar um tema ao mesmo tempo fácil-apaixonante e complexo na sua essência, pois conceitos espaço-temporalmente mal enquadrados e enviesadamente consentidos podem nos encaminhar para uma mal percepção daquilo que é a *Democracia*, *Desenvolvimento* ou mesmo *Sociedade Civil*. Portanto seria bastante útil uma abordagem geral - e é o que se pretende aqui fazer - sobre esse tema, para ver até que ponto a Sociedade Civil leva a cabo o seu papel com vista ao desenvolvimento da Democracia, um dos substratos fundamentais para o Desenvolvimento Humano; aliás a democracia é tida como factor principal para todo o tipo do desenvolvimento nacional, regional e até internacional devido às suas características que salvaguardam as liberdades individuais bem como a solidariedade entre os povos.

E aqui, neste trabalho, tentaremos espelhar aquilo que é a Nossa Democracia desde os seus primórdios e as tipologias que a qualificam.

Para a apreensão do todo, envidaremos esforços de, na nossa análise percorrermos esse ensaio com uma abordagem holística, onde se intersectarão os diversos campos de conhecimento e abordagem filosófica de modo a compreender a natureza e os esforços envidados por esse povo organizado - moçambicano - para o alcance do bem comum.

Por isso, o trabalho possui uma introdução, um enquadramento teórico onde se expressarão: o objectivo científico e o alcance do trabalho, a problematização dos conceitos, as hipóteses do trabalho e a metodologia que usaremos; depois, temos o desenvolvimento, onde se fará a abordagem do papel da sociedade civil moçambicana para o desenvolvimento da democracia. Aqui se fará o enfoque nas forças motrizes que combustibilizam esse fenómeno, nas oportunidades que se abrem e nos desafios que se afiguram no futuro. Por fim teremos a conclusão que será mais uma generalização final e uma bibliografia.

Contra as regras, fui obrigado a extravasar o limite das páginas pedidas – **duas** – pois, abordar questões como estas em tão ínfimo número de páginas seria incorrer num grande perigo de generalizações, algo indubitavelmente “perigoso” para a ciência moderna visto que, e como bem o disse (Mazula, 2002) a Democracia como um processo precisa de ser contextualizada no seu espaço, tempo e na conjuntura sociopolítica e económica em que está sendo alva de análise. Portanto, mais uma vez, tive que quebrar as regras para aliar o remoto e interno ao próximo e externo, para explicar ou tentar explicar uma e a mesma consequência: **o papel da sociedade civil para o desenvolvimento democrático de Moçambique.**

Objectivo

O objectivo principal desse ensaio é de saber **qual é o papel que a Sociedade Civil desempenha para o desenvolvimento da democracia em Moçambique.**

Para tal, o estudo vai se concentrar na análise de organizações com determinadas características – as que estão directamente ligadas à actividade/processo político moçambicano. Isto deve-se à vastidão do número de associações e da difusão dos interesses dos mesmos, mas que todos concorrem para o mesmo objectivo: garantir a estabilidade social e política, garante do desenvolvimento democrático moçambicano.

Problematização

A democracia é vista como *Governo de Todos*, ou pelo menos, onde a maioria tem o direito, através do seu voto, decidir quem deve estar em sua frente a dirigir a *Rés Pública*, pois, em virtude do seu número, o povo não pode Governar.

Durante muito tempo, acreditou-se que o direito ao voto era a única via de expressão do Povo através do qual podia decidir sobre a vida do país. Porquanto, Governos houve que, mesmo com esse privilégio assegurado, continuavam a governar os seus povos com *mão de ferro*. São casos destes, os da Europa do Leste – Geórgia, Letónia e Lituânia, só para citar alguns, bem como alguns africanos – Guiné Bissau, no caso mais recente e elucidativo.

Há pouco e pouco, a sociedade apercebera-se da prepotência dos Estados e Governos e do seu crescente incumprimento para com as suas obrigações, por um lado devido às circunstâncias políticas – Guerras, Tenões Diplomáticas, etc. – por outro, devido às insuficiências financeiras do próprio Estado – Pobreza.

Cresceu no seio da Sociedade organizada a ideia de *participar* na gestão dos assuntos do Estado sem a substituir, tornando ao invés de opositora, num parceiro forte para a solução

de vários problemas sociais, económicos e políticos dos seus países. Daí que surgem conceitos como **Sociedade Civil** que é senão uma sociedade organizada que pretende limitar os poderes abusivos do Estado e Governo, ajudando por um lado a construir uma sociedade mais justa e menos assimétrica e por outro, chamando a atenção aos excessos praticados pelo Governo e Estados com vista a garantia dos demais direitos e deveres dos cidadãos.

Seria nesse caso ocasião para questionar como emerge a Sociedade Civil em Moçambique? O termo Sociedade Civil – doravante baptizada pela sigla **SV** – aparece em quase todo mundo, com objectivos e intenções vários e alcances diversificados. A mesma SV tem géneses diferentes e constitui hoje um dos indicadores das democracias mundiais – quanto mais voz a SV tiver, mais se acredita na qualidade da Democracia, pois se pressupõe que os cidadãos gozam das suas faculdades legais; de poderem expor as suas ideias e opiniões sem serem molestadas.

Por isso, Governos há que criam a Sociedade Civil na ausência destes, ou seja, criam organizações de massas que se acreditam livres e independentes do Estado mas que são a estes ligados e fortemente patrocinados. Até que ponto estaríamos a falar de SV nesse caso? Sociedade Civil também existe de facto, ao lado e em concorrência com o Estado, trabalhando lado a lado com este, criticando-o ou elogiando-o quando necessário.

De que lado está a nossa Sociedade Civil? Qual o seu impacto na arena política e económica do país? Que papéis desempenham na construção da democracia moçambicana?

Estrará esta SV a servir os interesses da Sociedade ou não passarão de uma reprodução meotica do Estado em pessoas?! Estes e outras questões serão casos para o debate nesse ensaio.

Pergunta de Partida

Para a elaboração deste ensaio, parti para a Investigação com a seguinte Pergunta de Partida:

Que papel desempenha a Sociedade Civil na construção e desenvolvimento da democracia moçambicana?

Hipótese

À luz das circunstâncias sociais e políticas que hoje Moçambique vive, a Sociedade Civil se tem mostrado um parceiro credível para o desenvolvimento democrático moçambicano pois constitui um valor acrescentado que vem dar mais credibilidade ao processo do desenvolvimento do país, através da sua participação em assuntos sociopolíticos e económicos, quebrando desse modo com o monopólio do Estado na gestão da coisa pública.

Enquadramento Teórico

Proponho-me neste trabalho fazer um breve enquadramento teórico, visando situar a minha análise, apresentando resumidamente as diferentes abordagens sobre alguns conceitos. De seguida, à luz da elucidação feita, identificarei uma abordagem que mais se adequa ao objecto e problema aqui em estudo.

Ao tentar conceituar a palavra DEMOCRACIA, Maria Vitória Benevides,¹ diz que ela “é um regime de soberania popular, fundado no exercício e no respeito à República, isto é, ao que não é comum a todos e insusceptível da apropriação privada e afirmação da igualdade”. Por outro lado, Birou² diz que a democracia seria “Governo do povo pelo povo”. Ou seja, Birou tenta conceitualizar o termo tendo em conta a sua origem etimológica – que é grega – para tentar inferir a todo o processo que, com o termo se identifica. Porém existem democracias há nem parecem ser governos do povo para o povo. Portanto a conceitualização parece-nos inadequada para os propósitos que aqui queremos atingir.

Por seu turno, Mazula³ - que é um dos filósofos africanos – moçambicanos especificamente – subverte toda a perspectiva analítica formalista, para acomodar a *transição e a dinâmica social* na sua conceitualização. Assim, para conceitualizarmos a democracia deve-se ter em conta o lugar, e o espaço para deles apreendermos a realidade social e assim avançarmos para aspectos que reputam democráticos.

Neste caso, e para a realidade moçambicana, Mazula diz que DEMOCRACIA seria a *capacidade e oportunidade de convivência social, política e económica, na diversidade de ideias, opiniões e culturas, para a realização de um desenvolvimento real em cada tempo e lugar.*

¹ BENEVIDES, Maria Vitória. **A cidadania Activa**. São Paulo: Ática, 1991, p.193.

² BIROU, A. **Dicionário das Ciências Sociais**. Lisboa: Dom Quixote, 1977.

³ MAZULA, B. **Moçambique, 10 anos de Paz**. Maputo: CEDE, 2002, p.25.

É notória aqui a importância que Mazula quer dar ao conceito, ao rebaptizá-lo com nova roupagem, guizando o científico com o óbvio, o material, o vividamente essencial para deste modo apreender a realidade social moçambicana e daí partir para a análise sobre as necessidades que ela carece para a Desenvolver ou *consolidar*, como ele próprio tem dito⁴.

Um outro conceito que merece a nossa atenção é o da **Sociedade Civil**. Para John Hall⁵ a sociedade civil aparece como resposta ao *despotismo*⁶ do Estado nos anos do séc. XVIII na Europa Ocidental. Assim a SV parecia refreadora aos abusos do Estado e que atentavam contra os direitos Universais do Homem declarados aquando da Revolução Francesa do século XVIII.

No mesmo livro, GELLNER⁷ tenta em breves palavras dizer que SV *é o conjunto de instituições não-governamentais nacionais com poderes bastantes para contrabalançar o Estado e que, dentre outros objectivos, visam persuadir o Estado a se tornar o único guardião da Paz e dos interesses gerais do povo* – sem no entanto passar por cima das suas liberdades, nem através de meios despóticos. Portanto, está aqui espelhado o cerne da questão.

Em breves palavras diríamos que esta Sociedade não é qualquer. Tem objectivos determinados, está organizada e, como Carlos Serra disse, a Sociedade Civil é o lugar de lutas sociais, onde se conjugam a exclusão e inclusão sociais, luta pela hegemonia e resistência, confrontação de formas e etiquetagem bem como de representação social, local e global do passado, presente e futuro⁸ – o sublinhado é nosso. Este é o caso da nossa Sociedade Civil.

⁴ *ibid.*

⁵ HALL, J. In search of Civil Society. In: HALL, J. (Ed.). **Theory, History, Comparison**. Cambridge: Polity Press, 1996.

⁶ Entanto que a única entidade legitimada para o uso, em certos momentos da **força**.

⁷ GELLNER, E. **The importance in being modular**. In: HALL, J. op. cit, p. 32-223.

⁸ SERRA, C. **Em cima de uma lâmina. Um estudo sobre a precariedade Social em três cidades moçambicanas**. Maputo: Livraria Universitária, 2003, p.1.

Esta sociedade civil aparece e ganha forma na década de 90, ainda nos últimos anos de guerra civil.

A primeira manifestação dessa classe foi a de estar livre e oposto ao Governo e Estado, persuadindo-os para, junto da Renamo, acabarem com a guerra. Por sinal, esta foi a grande manifestação de uma classe social emergente e que, em tão pouco tempo ganhou protagonismo ao conseguir juntar as partes beligerantes com vista ao início das Negociações de Roma⁹. Desde então, nunca mais a Sociedade Civil esteve fora do *jogo* político e económico deste país, procurando sempre e ao lado do Governo e Estado, caminhos mais razoáveis e democraticamente aceitáveis para a *gestão*¹⁰ de problemas da sociedade.

Este protagonismo, e como já me teria referido na hipótese por mim avançada, constitui um valor acrescentado à nossa democracia numa ordem mundial *uni multipolar* e num sistema internacional *interdependente*. Esses factores, aliados à Globalização e Mundialização das economias trouxeram uma outra dinâmica que subverteram por completo a doxa romântica e assaz tradicional das funções do Estado e da teoria dos Estamentos Sociais e seus papéis. Aqui, nesta nova era, o político é ou tem seu fundamento racional no económico ou vice-versa e visa consubstanciar o cultural ou no mínimo criar outros nichos de dominação. Nessa Aldeia Global, como um dia Mc Luhan chamou ao Mundo, a sociedade tem um papel muito importante nas democracias liberais – e no nosso caso o somos - pois são elas que em última instância são os beneficiários das acções do Estado. Mais, e seguindo o paradigma de participação, deve ser o povo o único a escolher as vias e as formas adequadas para a construção das suas vidas e não outra entidade.

Outra razão para o maior protagonismo da Sociedade Civil deve-se às características peculiares do século em que vivemos: o Mundo está a se tornar cada vez menos solidário e

⁹ Sem bem que essa SV tenha sido maioritariamente dominada por líderes religiosos.

¹⁰ Repare-se que uso aqui o termo gestão e não solução pois o segundo termo implicaria o *fim da história*, no sentido de os problemas são inerentes e existenciais à vida humana. Logo, a única *coisa* fazível seria geri-los e não solucioná-los. Caso o contrário, teríamos que esperar até as *calendas gregas*.

o paradigma de monopólio substitui o paradigma de solidariedade. Assim, medidas alternativas precisam-se com vista à busca de sinergias locais ou regionais. Daí, que se vê por toda a parte do Mundo a emergência de organismos regionais, na busca de integristas em vez de globalistas; daí a crescente *perda de força* de organismos transcontinentais em benefício das organizações regionais.¹¹

Dentro de países, e nesse caso Moçambique, regista-se o crescente descrédito pelas instituições de Estado: daí que a participação da Sociedade Civil ao lado deste traga mais credibilidade em assuntos públicos. São casos elucidativos a participação em eleições, em programas de gestão de recursos naturais e outros.

¹¹ Vide o caso da SADC vs. UA

Metodologia

Para a realização deste ensaio usamos como instrumento de observação, a revisão da literatura e a análise documental. Assim, o primeiro momento comportou no levantamento bibliográfico para um conhecimento e tratamento crítico das teorias explicativas há pouco referidas. Também, para o mesmo objectivo exploramos três tipos de fontes: as fontes secundárias, constituídas por monografias e artigos científicos sobre o tema; fontes orais, constituídas por entrevistas e fontes primárias constituídas por documentos de Organizações da Sociedade Civil não publicados. O trabalho foi realizado através da consulta bibliográfica nas várias bibliotecas da cidade, com mais ênfase nas do CEA, AHM e da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane.

Para a explicação e análise dos documentos e da problemática da democracia em Moçambique, preferimos a **abordagem construtivista**. Muitos autores, quase todos que aqui fizemos referência abordam a questão numa perspectiva ou realista ou liberal, com excepção à Mazula, que, ao conceptualizar a Democracia foi mais construtivista, querendo buscar o útil de ambos lados e, relendo-os com uma visão do tempo e espaço.

Achamos nós que para efectivação dos propósitos aqui mencionados alinharmos por esta perspectiva pois que ela é transitória e Moçambique está numa fase de transição da democracia “voadora” para a democracia efectiva ou seja, caminha para a sua consolidação e o construtivismo também o é: transitório, circunstancial e especialmente contextualizante.

O construtivismo fornece uma crítica útil e um suplemento importante às teorias principais do realismo e liberalismo. Daí a nossa escolha.

Discussão

O papel da Sociedade Civil para o Desenvolvimento Democrático de Moçambique

Depois de leituras feitas e, aplicados que foram os conceitos e níveis de análise, canonizados pela abordagem construtivista, foi possível chegar a constatações interessantes sobre a dinâmica da Sociedade Civil e seu fundamental papel em Moçambique. Porém, algumas oportunidades se lhe abre bem como os desafios que por ela devem ser dirimidos.

De facto, e aqui quero concordar com a hipótese enunciada, a sociedade civil desempenha um papel fulcral (1) na formação da consciência de cidadania, (2) gestão de conflitos sociopolíticos, (3) desenvolvimento económico nacional e na construção da identidade moçambicana.

Mas a tarefa mais importante - e nela merece todos aplausos à SV e que ela leva a cabo com mestria e sucesso é na **formação da consciência de cidadania**, acto que implica dar a conhecer às pessoas dos seus direitos, deveres e inculcar nelas hábitos de vivência dinâmica, crítica e interventora em assuntos que lhes dizem respeito.

A **participação** do cidadão¹² e dos actores mais relevantes nos *processos de tomada de decisão e da atracção, formação e execução de políticas públicas* tem vindo a crescer e a afirmar-se, pois, tem a ver com o exercício da cidadania, onde o cidadão é o produto final da decisão democrática e porque legítima e, enfim, o decisor.

¹² Vide que se refere à Sociedade Civil. Para o assunto, cf.: RUIVO, F. Cidadania Activa, Movimentos Sociais e Democracia Participativa. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Junho, nº 54. Coimbra: Rainho e Neves Lda., 1999. p. 173-9

Neste contexto, os campos de acção da Sociedade Civil moçambicana tem sido, na nossa óptica três, a saber:

a. **Participação Eleitoral** – através de missões de observação e constituição de mecanismos paralelos de contagem de votos, de modo a dar mais credibilidade ao processo. É caso elucidativo as últimas eleições autárquicas. Tal como observa Marc de Tollenaere¹³ existe actualmente uma tendência irrefutável de um envolvimento crescente da Sociedade Civil organizada moçambicana nas eleições.

Este facto reflecte-se em números crescentes de observadores nacionais (mais de 2000 em 1999) assim como no papel cada vez mais activo na Educação Cívica (vide o caso da FECIV) e formação, bem como na expressão específica de interesse e participação, facilitada pela nova lei eleitoral, onde os organismos da sociedade civil legalmente constituídos podem até apresentar candidatos para a Presidência de Comissões eleitorais a todos níveis.

A participação da Sociedade Civil em eleições também trás outros valores acrescentados como a promoção de Paz e a transformação de conflitos políticos de maneira democrática, adicionando a transparência e credibilidade em processos eleitorais. O Estado está ciente desse grande papel, daí que ele nunca prescinde desta.

Quanto a Educação Cívica, uma actividade manifestamente levada a cabo pela SV moçambicana para além da instituição de tutela, essa actividade ajuda no fornecimento ao cidadão de conhecimentos democráticos de modo a exercerem o seu papel com conhecimento de causa.

¹³ TOLENAERE, M. Democracia e Eleições em Moçambique: teoria e prática. In: MAZULA, B. op. cit, p.227-251.

b. **Participação em Mecanismos Institucionais** – na recuperação e conservação da natureza, recursos minerais e energéticos; mediação de conflitos; reforma administrativa do Estado, nos programas de desenvolvimento nacional, etc.

c. **Participação no Desenvolvimento Local** – aqui, relevância vai para a participação de grupos de sociedade civil em pleitos eleitorais locais bem como em programas de gestão de recursos locais.

Mas, não nos esqueçamos que a *pedra angular* para esse desenvolvimento democrático é a **formação da consciência de cidadania moçambicana**.

A necessidade de uma cidadania activa é o primeiro, e em muitos casos o passo mais importante para a criação de regimes democráticos – e nesse caso a Sociedade Civil moçambicana se empenha sem tréguas se bem que esse titânico esforço seja barrado por altos índices de analfabetismo.

O aparecimento de uma cidadania cria a possibilidade de uma *rés-pública*, um conjunto de questões de importância para todos cidadãos. “Esse é o passo seguinte para a formação/emergência de um regime democrático”, observa assim Stephen Elkin,¹⁴ para quem o debate público oral ou escrito cria e reforça o senso de que há questões públicas não apenas de interesses privados. A isso acrescenta-se que o Governo não deve ser considerado privado porque envolve, visivelmente todo o povo. “O exercício do poder não é espécie de assunto de alcova”, acrescenta.

Para ELKIN (1991, 56) a próxima etapa crucial na construção de um regime democrático é a criação de um meio através do qual o povo possa governar. Para esse pensador, “devem ser criadas instituições que façam pelo menos duas coisas: (1) expressem que existe uma *rés-pública* – coisa de interesse público e (2) encontrem mecanismos para o povo governar,

¹⁴ ELKIN, S. **Cidadania e Democracia**. In: Diálogo nº4, v.2, 1997. Rio de Janeiro: Artes Gráficas Editores, 1991, p. 55-7.

tomando conhecimento das suas opiniões sobre assuntos públicos”. Esta é a medida mais difícil de todas.

Portanto, a pergunta que se faria seria: será que a Sociedade Civil conseguiu? À guisa de resposta diria **Sim** mas **ainda não**. **Sim** porque o espaço público é campo fértil de luta de interesses, de poder, dominação e constrangimento onde se avivam e cruzam interesses dos mais poderosos e os menos poderosos; os intelectuais e políticos, Governo e Oposição. O domínio do espaço público é do interesse de todos e aqui a Sociedade Civil conquistou *parte deste espaço* e que a usa como canal de informação, de reivindicação e formação da cidadania. **Não** porque simplesmente a Sociedade Civil precisa de trabalhar muito para continuar no lugar onde actualmente se encontra, ou seja, para manter os mesmos níveis de intervenção porque desejáveis e confortáveis ante a grande concorrência para o seu assalto¹⁵.

¹⁵ Repare-se que há partidos políticos que possuem seus boletins informativos e alguns órgãos de comunicação social são propriedade de determinados Partidos Políticos.

À laia de conclusão

Chegados até aqui, nada mais nos resta a fazer que procedermos às generalizações sintetizadas em um quadro.

Mas importa reconhecer que em qualquer parte do Mundo democrático e em particular Moçambique, a Sociedade Civil tem dupla função: serve como um contrapeso ao Estado, propondo caminhos alternativos quando esse se vê sem *saídas* em vários assuntos e um colaborador assíduo do mesmo sem o substituir.

	Observações		Observações	Observações
	Campos de Acção	Forças Motrizes	Oportunidades	Desafios
Sociedade Civil	Participação em Eventos Eleitorais	Lei eleitoral; Abertura Política; Constituição da República	Garantidas	Analfabetismo; Desconfiança Política; Sustentabilidade Financeira, participação da Mulher,
	Criação de Mecanismos Institucionais	Constituição da República	Reforma do Sector Público, Projectos de Desenvolvimento, Saúde, Educação, Saneamento, etc.	Financiamento, Know-how, Confiança Política, participação da Mulher.
	Desenvolvimento Local	Constituição da República	Participação em Pleitos eleitorais, projectos de desenvolvimento local, etc.	Financiamento, Organização, baixa know-how, participação da Mulher.

Bibliografia

1. BENEVIDES, Maria Vitória. **A cidadania Activa**. São Paulo: Ática, 1991.
2. BIROU, A. **Dicionário das Ciências Sociais**. Lisboa: Dom Quixote, 1977.
3. ELKIN, S. **Cidadania e Democracia**. In: Diálogo nº4, v.2. Rio de Janeiro: Artes Gráficas Editores, 1991, p. 55-7.
4. GELLNER, E. The importance in being modular. In: HALL, J. (Ed.). **Civil Society: Theory, History, Comparison**. Cambridge: Polity Press, 1996, p. 32-223.
5. HALL, J. In search of Civil Society. In: HALL, J. (Ed.). **Theory, History, Comparison**. Cambridge: Polity Press, 1996.
6. MAZULA, B. **A construção da Democracia em África. O caso moçambicano**. Maputo: Ndjira, 2000.
7. _____. (ed.) **Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento**. Maputo, 1995.
8. _____. (Coord.) **Moçambique, 10 anos de Paz**. Maputo: CEDE, 2002.
9. RUIVO, F. Cidadania Activa, Movimentos Sociais e Democracia Participativa. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Junho, nº 54. Coimbra: Rainho e Neves Lda., 1999. p. 173-9.
10. SERRA, C. **Em cima de uma lâmina. Um estudo sobre a precariedade Social em três cidades moçambicanas**. Maputo: Livraria Universitária, 2003.
11. TOLLENAERE, M. Democracia e Eleições em Moçambique: teoria e prática. In: MAZULA, B. (cord.) **Moçambique, 10 anos de Paz**. Maputo: CEDE, 2002, p.227-251.